



DIOCESE DE ARAÇUAÍ –MG

Cúria Diocesana

DOM GERALDO DOS REIS MAIA

Por Graça de Deus e da Santa Sé Apostólica
BISPO DE ARAÇUAÍ



Araçuaí – MG – 20 de fevereiro de 2026.

Ao Exmo. Sr. Vallisney de Souza Oliveira
Presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Saudações respeitosas.

A Diocese de Araçuaí tomou conhecimento da tramitação do Pedido de Suspensão de Liminar nº 6002062-91.2029.4.06.0000, ajuizado pelo Estado de Minas Gerais, para suspender a decisão judicial, proferida pelo juiz federal Antônio Lúcio Túlio de Oliveira Barbosa, que proibiu o Estado de Minas Gerais de decidir sobre a licença ambiental requerida para o Projeto de Anitta até a consulta livre, prévia, informada e de boa-fé da comunidade quilombola do Girau/Malhada Preta, localizada no município de Araçuaí.

A exigência de oitiva prévia da comunidade quilombola de Girau/Malhada Preta foi reconhecida, também, por decisões proferidas pelos Desembargadores Federais Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes e André Prado de Vasconcelos, em 4 diferentes ocasiões.

As decisões judiciais acima mencionadas são instrumentos da justiça socioambiental e concretizam os direitos humanos das comunidades quilombolas previstos na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, por obrigarem o Estado de Minas Gerais a ouvir as comunidades quilombolas e a adotar as medidas de proteção da natureza e da vida dos quilombolas.

A Igreja Católica, inspirada pela proposta da ecologia integral presente na encíclica *Laudato Si'*, do saudoso Papa Francisco, tem buscado promover uma visão que une cuidado ambiental, justiça social e espiritualidade. Essa abordagem entende que a crise ecológica não é apenas um problema ambiental, mas também humano, cultural e econômico – exigindo soluções que respeitem tanto a natureza quanto as comunidades que dela dependem.

No Brasil, as comunidades quilombolas ocupam um papel central nesse diálogo. Guardiãs de saberes ancestrais e modos de vida sustentáveis, elas preservam territórios que são verdadeiros refúgios de biodiversidade. A ecologia integral reconhece que proteger esses espaços significa também proteger a identidade, a cultura e a dignidade dessas populações.

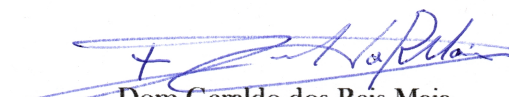
A Igreja, por meio de pastorais, campanhas e processos de escuta, tem incentivado consultas comunitárias que valorizam a participação quilombola nas decisões sobre o uso da terra, a preservação da natureza e a defesa de direitos. Esse processo de diálogo respeitoso busca unir fé e compromisso socioambiental, fortalecendo a luta contra a degradação ambiental e a exclusão social.

Assim, a ecologia integral, quando vivida em comunhão com as comunidades quilombolas, torna-se um caminho concreto para a construção de um futuro mais justo, solidário e sustentável – onde o cuidado com a criação e com as pessoas caminham lado a lado.

Por isso, a Diocese de Araçuaí pede a Vossa Excelência que mantenha as decisões judiciais que obrigam o Estado de Minas Gerais a realizar a consulta da comunidade quilombola de Girau/Malhada Preta antes de decidir pela concessão, ao não, das licenças ambientais requeridas pelo Projeto Anitta.

Respeitosamente,




Dom Geraldo dos Reis Maia
Bispo Diocesano